ano 9 – n. 18 | julho/dezembro – 2020
Belo Horizonte | p. 1-288 | ISSN 2238-1511
R. bras. de Infraestrutura – RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Administração Pública consensual: o que mudou com as alterações da LINDB?
Ricardo Marcondes Martins 11

1 Introdução 11
2 Administração consensual, ou concertada 12
3 Falácia da autoridade como autoritarismo 12
4 Contrato e Direito Público 13
5 Avanços da teoria do Direito 16
6 Administração consensual corretamente compreendida 17
7 Divergências sobre a Administração consensual 19
Referências 20

A preservação dos efeitos dos atos administrativos viciados
Jacintho Arruda Câmara 23

1 Introdução 23
2 A atividade administrativa e seus efeitos – demarcação do objeto do trabalho 24
2.1 O ato administrativo viciado 27
2.2 Os efeitos dos atos administrativos viciados 28
3 Os efeitos dos atos administrativos como objeto da invalidação 29
4 Formas de preservação dos efeitos dos atos viciados: a convalidação e a estabilização 32
4.1 A convalidação dos atos administrativos 32
4.2 A estabilização dos efeitos dos atos administrativos viciados 34
5 Outra hipótese de manutenção dos efeitos de atos administrativos viciados: a manutenção dos efeitos fáticos, por impossibilidade de desconstituição 36
6 O papel dos princípios na preservação dos efeitos dos atos administrativos viciados 36
6.1 O princípio da segurança jurídica 37
6.1.1 A segurança jurídica na preservação dos efeitos dos atos administrativos viciados 39
6.1.2 O princípio da segurança jurídica e o *dever* de convalidar 40
6.1.3 O tempo como fator de estabilização dos efeitos dos atos administrativos. A prescrição 42
6.1.4 O princípio da segurança jurídica *versus* o princípio da legalidade 44
6.2 O princípio da boa-fé 47
7 Conflitos a respeito da preservação dos efeitos dos atos administrativos viciados 48
7.1 A proteção dos interessados na preservação dos efeitos, em face de outros administrados, com interesse na desconstituição dos efeitos 49
8 Conclusões 51
Referências 55

As contribuições dos moradores e adquirentes de lotes com casas ou não às associações administradoras em loteamentos fechados
Toshio Mukai 57
1 Introdução 57
2 Conclusões nossas 61

Encomendas tecnológicas: prolegômenos
Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra 69

A possibilidade de decretação do "*lockdown*" pelos Estados em razão da COVID-19
André Luiz dos Santos Nakamura 77
1 Introdução 77
2 O *lockdown* como medida de contenção da epidemia decorrente da COVID-19 78
3 O direito fundamental de locomoção e a possibilidade de sua restrição por meio do *lockdown* 79
4 Da desnecessidade de prévia decretação de estado de defesa ou de sítio para implantação de um *lockdown* 80
5 Das distribuições de competências nos entes federativos 82
6 Da possibilidade de Estados e Municípios decretarem o *lockdown* 85
7 Da desnecessidade de lei para a decretação de um *lockdown* 88
8 Conclusões 90
Referências 91

Pagamento antecipado de contrato – viabilidade – estado de calamidade
Ivan Barbosa Rigolin 93

Conceito constitucional dos serviços sociais autônomos
Edvaldo Nilo de Almeida 105
1 Fatores considerados no arranjo institucional e que incidem na decisão política de descentralizar determinado serviço como serviço social autônomo 105
1.1 A natureza jurídica dos serviços sociais autônomos 110
1.1.1 Prévia compreensão sobre regime jurídico e natureza jurídica 110
1.1.2 Vertentes doutrinárias 112
1.1.2.1 Serviços sociais autônomos como entes paraestatais 112
1.1.2.2 Serviços sociais autônomos como entes associativos ou fundacionais 117
1.1.2.3 Serviços sociais autônomos como entes de primeiro, segundo e terceiro tipos 119
1.1.2.4 Serviços sociais autônomos como agências executivas, sob a forma de autarquia 124
1.1.2.5 Serviços sociais autônomos como entidades *sui generis* 124
1.2 Existe um Sistema "S"? 128
1.3 Proposta de conceito constitucional dos serviços sociais autônomos 140
1.4 Conclusões 145
Referências 148

A análise de impacto regulatório e as novas perspectivas de controle da Administração Pública
Fernanda Coelho 151

1 Introdução 151
2 Conceito e histórico da regulação no Brasil 152
3 O controle da atividade regulatória no Brasil 156
4 Novas perspectivas do controle da Administração Pública 158
4.1 Controle de resultados 158
4.2 Consequencialismo jurídico 160
4.3 Participação dos cidadãos 161
4.4 Consensualidade 162
5 A análise de impacto regulatório como instrumento de controle da Administração Pública 163
6 A análise de impacto regulatório após as inovações da LINDB, da Lei da Liberdade Econômica e da Lei das Agências Reguladoras 167
7 Considerações finais 171
Referências 173

Sistema financeiro aberto e os desafios da descentralização regulatória
Alexandre Machado, Thomaz B. de Arruda 175

1 Introdução 175
2 Conceito de regulação 177
3 Regulação e seus aspectos formais 182
4 Descentralização e a autorregulação privada 189
5 Metarregulação como modelo regulatório híbrido 196
6 Particularidades regulatórias do sistema financeiro nacional 198
7 Modelo brasileiro do *Open Banking* 206
8 Considerações finais 212
Referências 213

Ato administrativo inválido: apontamentos sobre a invalidação e a modulação de efeitos
Guilherme de Carvalho-Ribas 217

1 Introdução 217
2 Breves considerações sobre as funções estatais 218
2.1 Inexistência de função política ou de governo 219
2.2 Função administrativa 221
3 Ato administrativo 224
4 Ato administrativo inválido e o dever de corrigir 227
5 Invalidação do ato administrativo 229
6 Estabilização do vício e eventual prazo para invalidar 232
7 Controle jurisdicional dos atos administrativos 236
8 Efeitos da invalidação e a modulação de efeitos 240
9 Conclusão 244
Referências 245

A inexorável presença do princípio da supremacia do interesse público
Yves Carneiro Finzetto 249

1 Remissão histórica necessária 249
2 A ideia de bem comum 250
3 O modelo adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil 253
3.1 Controvérsia ou confusão doutrinária? 255

4 Desejo de aniquilamento do Estado Social brasileiro 258
Referências 261

A cassação como forma de extinção de ato administrativo: aspectos jurídicos, pressupostos e finalidades
Julia dos Santos Luiz, Luísa Kalhani Prakki Parizi 263
1 Introdução 263
2 Teoria geral dos atos administrativos 264
3 A extinção dos atos administrativos 269
3.1 A cassação como forma de extinção 269
4 A cassação na prática 278
5 Conclusão 283
Referências 284

Instruções para os autores 287